

Unidade da identidade e da não-identidade: apontamentos sobre a relação Vargas-Militares

Leonardo Sartoretto¹

Resumo: Este artigo pretende esboçar um quadro introdutório do complexo nexos político estabelecido entre Getúlio Vargas e os militares, demonstrando como na própria realidade objetiva identidade e diferença se tornam momentos de uma mesma unidade que se nega a si mesma. Mas isso somente é possível acompanhando detidamente como Vargas se pôs à frente dos conflitos militares internos do exército, que já se fazia ator político, para os enformar, mediante uma lógica clausewitziana, isto é, como instrumento racional de sua política autocrático-progressiva. Assim, o processo histórico contraditório de convergências e divergências figura como palco central da representação móvel universal da vida social.

Palavras-chave: Estado Novo; Autocracia burguesa brasileira; Dialética do concreto.

Abstract: This article intends to sketch an introductory picture of the complex political nexus established between Getúlio Vargas and the military, demonstrating how, in the objective reality itself, identity and difference become moments of the same unit that denies itself. But this is only possible by closely following how Vargas put himself at the forefront of the internal military conflicts of the army, which was already a political actor, to shape them, through a Clausewitzian logic, that is, as a rational instrument of his autocratic-progressive policy. Thus, the contradictory historical process of convergences and divergences appears as the central stage of the universal mobile representation of social life.

Keywords: New State; Brazilian bourgeois autocracy; concrete dialectic.

Introdução

No interior do processo que a historiografia designou como Era Vargas (1930-1945), e mais ainda na vigência do Estado Novo (1937-1945), talvez seja a relação de Getúlio Vargas com os militares a mais inconclusiva. Apenas o quadro criado com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, que em si sintetiza um processo histórico muito maior, seja digno de semelhante polêmica no período. Deflagrado em novembro de 1937 com o auxílio do escalão superior do exército, o período ditatorial que teve Getúlio á cabeça foi igualmente interrompido por um golpe articulado em outubro de 1945 por aquele mesmo setor das forças armadas. Já se definiu essa intrincada relação como “ditadura pretoriana, aquele tipo de ditadura em que a fonte de poder

¹ Este artigo é parte integrante da tese de doutorado apresentada (março/2022) ao programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília: *Razão autocrática: ideologia e direção política na progressividade da autocracia burguesa brasileira (1930-1945)*. leonardosartoretto@hotmail.com

provém de forças militares” (SODRÉ, 1965, p. 270), e também já se disse ser Vargas um “aprendiz de feiticeiro, vítima de uma de suas criaturas, as Forças Armadas políticas” (CARVALHO, 1999, p. 345).

Esta investigação pretende contribuir para o debate indicando a complexidade dialética que manteve unidos os dois atores durante toda a conjuntura de crise mundial. Ao final da investigação histórica se pode compreender filosoficamente como tal processo perfaz uma unidade da identidade e da não-identidade, pressuposto que entende existir a lógica dialética no próprio movimento do real. A relação que se estabelece entre dirigente político e aliado fundamental enquanto força viva, com interesses próprios, é o processo do qual o conhecimento aproximado parte para cumprir o espelhamento cognoscente do efetivamente existente. Isto, contudo, deve ser feito não partindo da dogmática como constatação a priori, mas somente depois de compreendidos os momentos fundamentais de tal movimento histórico.

Procurar-se-á, também, denotar que a identidade criada jamais foi plena, e que as contradições que permeavam tal relação, quando lograram atingir níveis insustentáveis, são as responsáveis pela fratura da aliança. Por fim, se realizada com sucesso, nos parece que a inquirição do fenômeno revela o acerto da abordagem marxiana que trouxe à radicalidade terrena, histórico-factual, a lógica hegeliana (2011), captando a dinâmica dialética do concreto (MARX, 2017; LUKÁCS, 1979; KOSIK, 1976).

Os expurgos militares e a enformação política

O problema principal que se apresentava ao exército após a “Revolução de 1930” é muito bem indicado pelo então tenente Nelson Werneck Sodré quando aponta que aquele período seria caracterizado “principalmente pela questão disciplinar. Os próceres militares revolucionários, de postos inferiores, não davam a menor importância a chefes antigos e legalistas, que continuavam a ocupar os postos superiores” (1967, p. 79). Em hipótese alguma seria permitido que se repetissem os levantes tenentistas dos anos 20. Vargas tinha então importantes decisões a tomar, e como não se tratava simplesmente de escolher um lado, isto é, de ficar do lado dos militares antigos de tradição legalista ou dos que lhe acompanhavam desde a Aliança Liberal, veremos quão complexa foi sua postura.

Embora tortuoso e se estendendo por toda a década de 1930, a resposta de Vargas indicava uma clara linha diretiva: renovar praticamente toda a cúpula militar

logo nos primeiros anos do governo provisório. Existia então o seguinte quadro: 15 gerais de divisão e 25 gerais de brigada. Nesse período, 10 novos gerais de divisão foram nomeados e 26 gerais de brigada. Destes, 10 em 1931 e 10 em 1932 (CARVALHO, 2019, p. 124). Isso acontecia porque, com uma exceção, não havia a existência de Generais do lado da Aliança Liberal. Isidoro Dias, o único com tal patente, havia sido restituído logo após a tomada do poder. Urgia que lideranças hierárquicas fossem, nesse aspecto, “criadas” para que o novo quadro de poder pudesse reverberar também dentro da corporação.

Aquele que seria a principal figura do exército, Góis Monteiro, não foi como talvez se imagine, a primeira opção. Vargas tentou tornar Isidoro Dias Lopes marechal e Juarez Távora seu general e somente diante da negativa de ambos é que recorreu a Góis. Ainda tenente-coronel “em curto prazo, passou, com a vitória do movimento, a coronel, a general de brigada e, pouco depois, a general de divisão, ocupando um desses postos apenas por um mês. Era carreira meteórica, nunca vista; aquilo que Juarez Recusara, Góis aceitara, sem constrangimento” (SODRÉ, 1967, p. 52-53).

O mesmo se sucederia com o outro membro que ganharia status especial dentro da cúpula militar, Eurico Gaspar Dutra, identicamente agraciado com uma carreira meteórica. O próprio Vargas, depois de deposto, afirmaria nos debates enquanto senador que “tive a satisfação de promovê-lo de tenente-Coronel a Coronel [1931], de Coronel a General de Brigada [1932] e ainda de General de Brigada a General de Divisão [1935]” (SILVA, 1976, p. 348).

Vale lembrar que não é suficiente focalizar apenas a nova cúpula que se formava no exército, pois nem mesmo durante a tomada de poder pela Aliança Liberal os quadros de hierarquia inferior aderiram consensualmente, nem mesmo no Rio Grande do Sul, de onde o movimento partira. José Murilo de Carvalho destaca elementos que tornariam mais complexa para o poder provisório a relação com essa intromissão dos militares na política ao apontar que “o papel dos oficiais subalternos tem sido excessivamente exagerado, como parte da mitologia criada em torno do tenentismo. Tanto no Sul como no Nordeste, os tenentes pouco teriam conseguido sem o apoio dos sargentos, os verdadeiros detentores do controle da tropa” (2019, p. 97). Ao serem comissionados em segundos-tenentes para o comando de tropas e, mais tarde, negligenciados pela preferência dos políticos em dialogar com a cúpula, acabariam se tornando importante fonte de reserva para futuros descontentamentos.

A realidade teimava em não se enquadrar no desejo de Vargas. Por outro lado, quando essas quebras de hierarquia começaram a despontar o Governo Provisório soube responder à altura, imprimindo uma tática adequada à sua estratégia autocrática: purificar o Exército dos elementos discordantes que possuíam um pensamento social reformador. Em outro estudo historiográfico é também José Murilo de Carvalho que identifica três ondas de expurgos nele efetuadas: “a derrota dos paulistas [32] implicou (...) a expulsão de 508 oficiais. Depois veio a revolta comunista de 1935, cujo final redundou na expulsão de mais 107 oficiais. Finalmente, em 1938 ocorreu a revolta integralista, que resultou também na expulsão de mais 10 generais” (1999, p. 342). Identificada com as três maiores revoltas que ocorreram na década, e que por nenhuma coincidência tiveram a participação das Forças Armadas, promovia-se um largo expurgo do oficialato.

Esse processo de moldagem de um importante alicerce das transformações políticas autocrático-burguesas brasileiras, além de demonstrar a dificuldade que o grupo dirigente teria que enfrentar para vir a se tornar hegemônico em suas propostas, exprimia um quadro amplo de luta de classes, ou seja, uma resistente barreira. Por outro lado, criava a oportunidade de, se vitorioso nos embates, erigir uma determinada fração, ascendida juntamente com Vargas em 1930, em grupo dominante incontestemente dentro das Forças Armadas. Góis Monteiro e Gaspar Dutra seriam os líderes da nova cúpula militar e, com Getúlio, formariam uma íntima e preciosa colaboração para o projeto autocrático-progressivo do capitalismo brasileiro já em andamento.

O processo descrito - uma política de expurgos - portava o incisivo sentido de promover uma verdadeira higienização, que seria levada a cabo durante toda a década nas mais diversas forças que encampavam não importa que tipo de posição no espectro político: esquerda, extrema-direita, liberal, democrático-republicana, etc. O fato é que pouco importava, para o pragmatismo que lia a realidade pelo viés pragmático-positivista, a orientação política do descontentamento. Seu critério definidor era a demonstração, bélica ou pacífica, do não consentimento ao projeto que ia se constituindo dentro do poder central.²

² Essa depuração autocrática se desdobra em outros aspectos dos quais só podemos aqui mencionar um, a título de exemplo. A substituição dos Colégios Militares pelas Escolas Preparatórias. Ao passo que nos primeiros ainda era possível que os professores, advogados, jornalistas, etc., ali formados ingressassem na Escola Militar, nestas desde o início do processo passava a existir um crivo não mais intelectual, mas essencialmente político. Proibia-se não apenas aos que nela ingressavam, mas por extensão aos seus pais que fossem negros ou mulatos, eram obstruídos filhos de estrangeiros, profissionais de atividades

Um outro aspecto desse processo também pode ser reencontrado na reorganização institucional do aparelho de repressão policial. É digno de nota que a Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP), órgão criado ainda no mandato presidencial de Washington Luís (1926-1930), foi durante a Era Vargas desvinculada das cadeias do comando interno da polícia civil. A interventoria de João Alberto cumpriria importante mediação sobre o DEOPS, lançado logo nos primeiros dias de Governo, o decreto nº 4.780, de 28 de novembro de 1930, que possuía expresse intuito de possibilitar maior interferência do Executivo no seu funcionamento interno:

O modelo original, de subordinação operacional da especializada ao Gabinete de Investigações, estava abolido. Ao contrário das delegacias congêneres, que permaneceram sob o modelo antigo, o DEOPS passou a estar subordinado diretamente ao chefe de política no novo regime, cargo então ocupado em São Paulo por Vicente Rao. Era o prenúncio de outras modificações posteriores, que *amplificariam o papel da agência como braço do executivo*. A necessidade do novo regime em manter as rédeas sobre os policiais responsáveis pela contenção política e social também reverberava nas novas determinações administrativas. O decreto determinava a remoção das autoridades identificadas com o velho regime das capas altas da hierarquia policial. Entre as modificações propostas nas novas disposições, estava a nomeação de 11 delegados de primeira classe para o interior do Estado, subordinados ao Delegado de Ordem Pública. Dessa maneira, a cúpula da interventoria recém empossada garantia vigilância policial ao próprio cumprimento de suas proposições, supervisionada por autoridades de sua confiança. Estas também informariam ao novo DEOPS, centralizador das informações, sobre os possíveis focos de resistência às determinações do novo governo no interior do estado. (FLORINDO, 2011, p. 126) [Grifo nosso]

No mesmo espírito é que faria carreira, com uma logística autocrática também pensada, aquele que ficaria conhecido como “o homem mais perigoso do país”. Em janeiro de 1933, conforme decreto nº 22.332, Vargas mudou o nome de sua polícia política. A 4ª Delegacia Auxiliar agora passava a se chamar Departamento Especial de Segurança Política e Social (DESPS) e Filinto Müller era nomeado para a chefia de polícia sob sua responsabilidade direta (ROSE, 2017, p. 94). O DESPS/SP e o DEOPS no Rio de Janeiro, cumpririam para o regime as mais importantes funções como polícia política, isto é, nos serviços de espionagem e desmonte de estruturas “extremistas” e “subversivas”, ou para dizer de uma maneira mais clara, na fratura de sindicatos e

humildes, artesanais ou proletárias, candidatos que tivesse orientação política duvidosa, judeus, filhos de casais desquitados, desajustados ou – e este fato valia sobremaneira para o sexo feminino – de conduta que não atendessem as regras da moral, enfim de não católicos. O caso paradigmático é o do concurso da Academia Militar das Agulhas Negras (1944), cujo responsável pela triagem era Dutra e da qual já fazia parte como auxiliar do chefe de Gabinete Humberto Alencar de Castelo Branco. Tratava-se, nas palavras de Sodré, de efetuar “a triagem política, destinada a constituir um Exército de casta, num país que tivera a felicidade de tê-lo com o caráter democrático” (1967, p. 183).

organizações trabalhistas que constituíam a verdadeira resistência democrática do período. E para que se perceba como, por sua vez, a própria função de polícia política passara a ganhar um peso estrutural nas decisões de política social, Fernando Morais, conta que no auge da repressão que se impôs ao país no ano de 1936, o famigerado chefe de polícia havia ganhado carta-branca por Vargas a ponto de fazer as vezes de Ministro da Guerra, da Justiça e da Informação, “e, sem ser ministro de nada, participava das reuniões do gabinete e despachava pessoalmente com Getúlio Vargas. Com homens, dinheiro e informações nas mãos, só o próprio Vargas reunia mais poderes que o chefe de polícia do Rio” (MORAIS, 1986, p. 143-144).

Ora, diferentemente do que defende José Murilo de Carvalho (1999), Getúlio não criou aí um ator político (tese que o historiador defende mais tarde também para a relação com o sindicalismo oficialista). Vargas apenas se aproveitou dos conflitos para os ordenar enquanto poder instituído e de acordo com interesses que acreditava mais favoráveis ao projeto burguês do qual era a expressão condensada e esclarecida. Um homem sozinho não cria conflitos, são os grupos e classes que se insurgem em confrontos conforme seus interesses e de acordo com a consciência que tomam deles. Um homem pode apenas se pôr a frente dos acontecimentos, procurando direcioná-los e o faz mediante inúmeras mediações, ou seja, em termos sociais e representando igualmente visões de mundo. Uma direção política, apenas pode se constituir enquanto tal, na medida em que se insira no processo medular da própria luta de classes, para então, imbuído de seu sentido mais íntimo, colaborar ou intervir impeditivamente na prática histórico-política em questão. E assim nos parece, pois, que Vargas teria compreendido para o Exército e para a Polícia Civil a mesma ação de síntese que Clausewitz realizara acerca do significado *Da Guerra*.

Vargas, um clausewitziano

Embora o tema seja espinhoso, algumas contribuições teóricas sobre a obra do prussiano podem corroborar a hipótese da semelhança por nós encontrada. Não seria possível que Vargas encarara o Exército como Clausewitz encarara a guerra, ou seja, “como um instrumento racional de política nacional” (RAPOPORT, 1979, p. 8)? Nacional, bem entendido aqui, como disposição de dar contornos mais unitários ao Estado nacional burguês, cimentando-o mediante a ideologia do nacionalismo, e aglutinando

forças capazes de levar adiante um projeto de desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

As três palavras “racional”, “instrumental” e “nacional” são conceitos-chaves do seu paradigma. Nesta ordem de ideias, a decisão de empreender a guerra “deveria” ser racional, no sentido de que deveria ser baseada numa avaliação de custos e lucros da guerra. A seguir, a guerra “deveria” ser instrumental”, isto é, deveria ser empreendida com vista a alcançar-se um objetivo, e nunca por si própria; é no mesmo senso que tanto a estratégia como as táticas devem ser dirigidas para um só fim, nomeadamente para a vitória. Por último, a guerra “deveria ser nacional”, para que o seu objetivo fosse a satisfação dos interesses dum estado nacional e para que se justifique que todo esforço numa nação seja mobilizado ao serviço do objetivo militar. (RAPOPORT, 1979, p. 8-9)

Quanto à racionalidade e ao caráter instrumental ela deve ser vista em consonância com a visão social de mundo pragmático-positivista que se materializava na linha diretiva política da autocracia burguesa expressa por Vargas.³

O que nossa investigação nos levou a crer é que as semelhanças encontradas entre a filosofia da guerra do militar prussiano e a prática política de Vargas frente ao setor militar são por demais robustas.⁴ Ainda que o enfoque que a conjuntura da época de Clausewitz tenha proporcionado diz respeito à expressão de estados nacionais (Revolução Francesa como horizonte histórico para o prussiano), é o próprio teórico da guerra que a considera antes de qualquer outra atividade, não como uma arte ou como uma ciência, mas como uma forma das relações humanas, isto é, como expressão do conflito de grandes interesses que se resolvem de forma violenta. Ora, vale lembrar que Clausewitz não reduz a política à expressão de interesses dos Estados Nacionais, pois chega mesmo a propor sua analogia como “uma espécie de comércio em larga escala”, pois ambos são “conflitos de interesses e de atividades humanas” (1979, p. 164). Procedendo sempre as particularidades dos Estados atuantes, Clausewitz retira o caráter dogmático, manualístico, de suas proposições teóricas.

³ Para a investigação do complexo ideológico que esclarecia Vargas ver nota de rodapé 1.

⁴ Semelhanças que se estendem ainda para a própria situação de vida dos dois personagens históricos. “Tal como Beethoven, Clausewitz [1780-1831] tinha um pé em cada século. Utilizando os conceitos fundamentais do século dezoito, lançou os alicerces do edifício conceptual que dominou o dezenove” (RAPOPORT, 1979, p. 12). Resguardadas as particularidades de cada caso, Vargas também nos parece ter captado o essencial de duas épocas históricas. Nascendo em 1882, Vargas (1999) pudera ter contato com todo o “saldo” das experiências que o século XIX vivera socialmente: consolidação das revoluções burguesas clássicas, insurgência política do proletariado, objetificação do capitalismo em países tardios de modo a estabelecer alianças com o atraso, Comuna de Paris, etc. Da mesma forma como pudera perceber, ao longo de sua função como dirigente, as demandas próprias que o do século XX lhe fazia: onde os parlamentos eram rejeitados, a luta de classes alcançara níveis mundiais e o corporativismo fora usado como elemento politicamente reacionário.

Não se trata aqui de uma afirmação de leituras e estudos profundos por parte de Vargas da obra do teórico da guerra.⁵ Mas de uma lógica, ou melhor, de uma racionalidade instrumental na resolução dos interesses em jogo, interesses profundamente políticos e que se materializam na procura por parte de Vargas em transmutar para a cúpula militar a visão de mundo e o direcionamento político que pretendia impor ao capitalismo brasileiro. Aqui, todavia entra o busílis da questão, onde Clausewitz afirma que “a diferença essencial reside no fato de que não é uma atividade da vontade aplicada a uma matéria inerte, (...) mas a um objeto que vive e reage” (1979, p. 164-165). Desta forma, Vargas ao se pôr a frente dos conflitos militares para enformar seu corpo armado como um aliado que ajudasse a veicular preceitos fundamentais da racionalidade autocrática frente aos movimentos concretos, precisava saber – e nos parece que possuía também essa clareza – que mesmo esses líderes que estavam sendo alçados à cúpula possuíam uma ideologia e que ainda que esta concordasse em vários aspectos com a teleologia que portava como líder-mor da burguesia brasileira, havia conflitos.

Em Clausewitz as relações entre a política e a guerra são permutáveis, isto é, dependem da concepção que o poder político tem dela, já que este a instrumentaliza. Sendo assim, “a função dos militares consiste em executar a vontade do estado (...) [pois] Clausewitz dá prioridade à autoridade civil sobre a militar” (RAPOPORT, 1979, p. 17). Nunca foi intenção de Clausewitz fomentar uma classe militar poderosa que controlasse a sociedade para estender sobre ela o poder do sabre. Tampouco teorizou que seus generais e capitães fizessem as vezes de classe governante. Senão vejamos qual o lugar que o militar prussiano reserva para os grupos marciais.

Em sendo a estratégia “a arte” de dispor de todos os recursos que um estado nacional dispõe para alcançar o fim almejado - a destruição do inimigo -, é natural que entre estes recursos se incluam as próprias forças armadas. Desta forma, para Clausewitz “o chefe militar é um especialista. O seu horizonte pode não ir além daquilo que parece necessário para levar a cabo as tarefas militares” (RAPOPORT, 1979, p. 17). Por sua vez, o dirigente, “se se considera a política como inteligência do Estado personificado” (CLAUSEWITZ, 1979, p. 88) e que faz uso do aspecto militar como uma

⁵ Carla Cristina Wrbieta Ferezin (2017) mostra como as primeiras traduções em português de *Da Guerra* ocorrem apenas em 1931-1932, de forma parcial e ainda do Francês, que, por sua vez, era também tradução parcial. Desta forma, o livro primeiro, o mais importante e único acabado ainda em vida por Clausewitz (o restante seria compilado para publicação por sua esposa), intitulado a natureza da guerra, não tinha sequer circulação integral.

de suas facetas, “abarca toda a escala de relações de poder, tanto políticas como militares. Desde modo, o homem de estado aparece no paradigma de Clausewitz como um supergeneral que deve possuir autoridade decisiva sobre o general” (RAPOPORT, 1979, p. 18). A guerra pela guerra é rejeitada por Clausewitz, que deve ser considerado mais como um teórico genial que captou previamente aspectos fundamentais da realidade, já que refletiu teoricamente as tendências da sociedade burguesa de seu tempo (a Primeira Guerra Mundial iria demonstrar cabalmente isto), do que um especulador idealista.

Todas estas incursões analíticas, derivam do postulado-mor de Clausewitz, expresso de forma literal para romper com os paradigmas anteriores, de que a guerra responde, por natureza, sempre a um fenômeno político, não sendo “outra coisa senão a continuação da política de Estado por outros meios” (1979, p. 65). É bem verdade que o teórico estrategista sinaliza que “para conduzir toda uma guerra a um fim glorioso (...) é preciso um conhecimento profundo dos dados políticos superiores do Estado. Aqui, a condução da guerra coincide com a política e o general torna-se ao mesmo tempo homem de Estado” (1979, p. 120), porém apenas o faz para logo em seguida indicar melhor as devidas distinções entre ambos onde “se o general se torna homem de Estado, não deverá deixar de continuar a ser general (...) [pois] sabe exatamente até onde é que os meios de que dispõe lhe permitem ir” (1979, p. 121).

Portanto, nestas brevíssimas notas sobre o ponto nevrálgico das relações entre política e guerra, entre direção política e generalato na obra clauzewitziana, é sintomático que o grande sentido do pensamento militar de Clausewitz, surgido como necessidade de criar uma estratégia para se pôr a altura das guerras napoleônicas (1803-1815), tenha sido usado por Vargas com relação a participação do Exército no projeto político autocrático que expressava.⁶

Contudo, a leitura da realidade pela chave da razão dialética nos ensina que uma contradição jamais se fixa. O “drama verdadeiro da existência” faz as contradições latentes, antes de virem propriamente à tona, desenvolverem-se, tornarem-se agudas, espasmarem e, só então, explodirem (LEFEBVRE; GUTERMAN, 2011). Por isso, o fato

⁶ A perspectiva autocrática, aquela face política da burguesia brasileira que constantemente alija os setores populares das transformações políticas, promovendo rearranjos pelo alto, e das quais indicamos os textos de Mazzeo (1999) e Chásin (1978) que a fundamentam, é crucial para entender como Vargas realizou sua industrialização de forma hiper-tardia e politicamente conservadora.

dessa relação ser potencialmente explosiva para ambas as partes e que ela não chegasse a durar muito mais de uma década, em si nada tem de deslocado da realidade. É da própria natureza de uma contradição, na exata medida em que é móvel, ser ela mesma uma relação aberta a constantes disputas políticas na qual a subjetividade atua de forma reflexiva. E sendo permitido também aos militares fazerem suas escolhas, a opção por negar a continuidade de Vargas que aprofundava cada vez mais seu projeto global de desenvolvimento demonstrará que o apego ao aspecto corporativista da cúpula militar era ainda mais conservador socialmente falando do que o projeto de Vargas.

Inteligência política superior versus interesses corporativos

O golpe que irrompe em novembro de 1937 aparentemente confirma uma unidade indissolúvel entre Vargas e a cúpula. Porém, ao nos aprofundarmos na compreensão do emaranhado de fatos que o edificaram encontramos algumas essenciais não-identidades. A primeira delas diz respeito ao elemento que legitimou, enquanto causa imediata (diferente, portanto, das causas estruturais), a decretação do Estado Novo. O Plano Cohen,⁷ no interior de uma concordância por ambos os atores da necessidade da brutal repressão aos levantes nacionais-populares de 1935, expressa uma fundamental divergência. O acompanhamento mais detido do desenrolar dos anos 1936 e 1937 demonstra que, principalmente da parte de Vargas e de alguns de seus ministros civis, como José Carlos Macedo Soares, era convicta a impressão de ter sido combatida não somente com profundo sucesso a capacidade organizativa dos setores populares, mas com espaços de sobra, de modo que os próprios adversários políticos eleitorais de Vargas passaram a ter a mesma percepção que ele, isto é, de estar garantida a ordem autocrática contra seu inimigo genético. Porém, se estes seus “adversários” também assim entendiam, orientam a conclusão distintamente, pois passam a colocar todas suas forças em como vencer o jogo político eleitoral marcado para janeiro de 1938.

⁷ Este nada mais era originariamente do que um plano de estudos de combate ao comunismo, ordenado por Plínio Salgado ao seu Estado-Maior miliciano integralista. O estudo fora formulado pelo Capitão Olympio Mourão Filho, que era também oficial do Estado-Maior do Exército brasileiro sob comando de Góes Monteiro. Quanto Góes toma conhecimento da existência deste estudo o coopta sigilosamente. Eugênio Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, e Góes Monteiro teriam sido os principais articuladores da sua transmutação em um maciço plano de subversão comunista que estava prestes a tomar o país - repetindo, agora com sucesso, o outubro de 1935 - para pressionar o Congresso na decretação do Estado de guerra. Aprovado em maioria absoluta pelo congresso, sem sequer ter conhecimento da natureza do plano ou de como havia sido “aprendido”, na confiança da incapacidade dos chefes militares “mentirem à nação”, o estado de guerra foi implementado novamente por noventa dias em 1º de outubro de 1937, abrindo o caminho ao desfecho do golpe desferido em 10 de novembro de 1937 (SILVA et al, 1980).

Aqui surge como motivo estrutural um elemento que já havia se manifestado em 1932: aquilo que nos termos de Oliveira Vianna (1933), intelectual que compunha parte fundamental do complexo ideológico que esclarecia Vargas dos rumos a ser tomado para o país, seria o “espírito insolidarista” da burguesia brasileira. Ou em termos marxistas, Vargas portando uma “inteligência política superior” (LOSURDO, 2004) ao dos seus “adversários” liberais, enxergava que no cenário mundial, de imperialismos beligerantes, um Estado forte, que não ficasse preso no retardante parlamento e nas querelas partidárias, era fundamental para ditar os rumos do avanço progressivo do capitalismo brasileiro.

O anticomunismo, mais entranhado na alta cúpula militar do que em qualquer outra força política com exceção do movimento integralista, fora a ponte que Getúlio conseguiu encontrar para realizar seu plano de desencadear uma “revolução de cima para baixo”, ou mais precisamente um novo rearranjo político que excluísse qualquer possibilidade de retorno ao regime liberal-parlamentar, que considerava impotente para os objetivos que tinham como dirigente político esclarecido. Era importante, pensava, que ele próprio fosse o comandante do novo estado de coisas, ainda que profundamente embasado em aliados militares. Porém, como os próprios militares faziam questão de pontuar, inclusive na importante reunião de generais organizada em 27 de setembro de 1937, era crucial que eles não estivessem na cabeça desse movimento, até porque a própria figura de Vargas como chefe maior fortaleceria a ordem social. No entanto, o anticomunismo deveria ser um ponto central do novo regime, preparado constitucionalmente nas contribuições da aliança política mineira via Francisco Campos. Como aponta o livro de Hélio Silva e colaboradores, a história maniqueistamente utilizada do plano Cohen pela cúpula do exército, nos deixa “impressão de que a transmutação do Plano Cohen em ‘plano comunista apreendido pelo Estado-Maior do Exército’ visou e serviu principalmente para ganhar a adesão militar para o golpe do Estado já cogitado nas altas esferas do Executivo” (1980, p. 63-64).

Esta divergência quanto ao grau necessário do combate ao comunismo seria um dos elementos fundamentais para determinar a queda do Estado Novo. Basta lembrar que Vargas seguiria à risca a indicação de Azevedo Amaral para quem o trabalhismo, a tutela sindical do movimento operário, mesmo com mobilização controlada pelos mecanismos estatais, seria o antídoto ao marxismo (1930, p. 261-262), ao passo que

para os militares, nesse aspecto de vistas curtas tanto quanto o grosso da burguesia brasileira com relação aos seus interesses objetivos de classe, a simples proximidade com o movimento dos trabalhadores já era digna de horror.

Mas não seria a única questão. Também a perspectiva de ambos sobre a industrialização seria determinante. Ao passo que Vargas adentrara desde a Aliança Liberal com uma postura, que somente ganharia vulto, de implementar uma industrialização de base para o capitalismo brasileiro (COTRIM, 2019), dentro da visão de mundo dos militares a questão ganharia rumos um tanto diferentes. De fato, era sensível no escalão superior do Exército e da Marinha a consciência de que a dependência externa de fornecimento de equipamentos vulnerabilizaria a capacidade de defesa nacional. É verdade que os militares assim agindo dentro do seu intuito de “segurança nacional”⁸ também expressavam um determinado nacionalismo, pouco refratário a utilização do capital externo. Os militares apoiavam a política comercial do governo, que barganhava ganhos entre Estados Unidos e Alemanha. No entanto, procuravam extrair dela a possibilidade de satisfazer seus anseios de segurança que resultavam numa crença de que ainda estaria distante o dia da autossuficiência econômica brasileira. Daí batalharem para a alocação dos recursos nos interesses mais imediatos que defendiam, tais quais combustíveis e transportes, armamentos, vestuários e munição para enrobustecer com urgência o corpo das Forças Armadas Brasileiras. Desde a Comissão Nacional do Aço criada no ano de 1931, no interior do Ministério da Guerra, para investigar as possibilidades nacionais de uma siderurgia, até as posições de Dutra e Góis já durante o Estado Novo, tudo indica que a situação dos bens de produção deveria esperar o fortalecimento do mercado interno e que até mesmo as esparsas fabriquetas nativas existentes deveriam ser redirecionadas para o esforço de rearmamento da corporação militar, “tanto é assim, que a Defesa Nacional – revista militar mensal editada por oficiais de alta patente, pertencentes, em sua maioria, à ala “modernizante” do Exército, Góis inclusive -, não menciona uma única vez, entre 1930 e 1936, a questão da siderurgia” (TRONCA, 1981, p. 347). Ao termo “mobilização industrial” os militares atribuíam o sentido restrito de “expansão das fábricas de armamentos” (HILTON, 1977, p. 208).

⁸ Para um aprofundamento da doutrina de Góis Monteiro, do fazer a política do exército e não no exército, remetemos aos textos de Pinto (1999) e Coelho (1979).

Em Vargas a siderurgia tinha o caráter de urgência. Era o ponto culminante dos seus anseios de caminhar, senão para um capitalismo autossuficiente, pelo menos para ser a grande potência na América do Sul, superando a Argentina, então dona desse patamar (CORSI, 2000). E com essa finalidade é que pôde barganhar com os dois países centrais do capitalismo de então, Estados Unidos e Alemanha (MOURA, 1980). Lidando com essa dupla investida imperialista, Vargas configurou uma nova forma de lidar com o capital estrangeiro, onde nacionalismo significava reforçar o sentido progressivo que dava ao ser da burguesa brasileira. Sob esse diapasão conquistou o capital necessário para construir a Companhia Siderúrgica Nacional - usina de Volta Redonda. Aqui, mais uma vez, é contrastante a clareza de Vargas a respeito do funcionamento das relações de poder internacionais, sabendo condicionar suas concessões, aguardando com enorme paciência o exato momento em que os Estados Unidos mais necessitavam de seu apoio, frente ao empirismo da cúpula militar que, embora contribuísse com uma visão realista dos choques internacionais, não ultrapassava a noção de “para onde o mundo caminha” (HILTON, 1977), ao passo que Vargas sabia bem “como caminhar nesse mundo” e “para onde caminhar autocraticamente nesse mundo”.

Considerações finais

A deposição de Vargas pelos militares em 29 de outubro de 1945 é o fato que encerra o Estado Novo. Contudo, à diferença de 1932, os caminhos para a reação não seriam mais a revolta armada, nem a aposta da formação de um novo quadro de elites, como na criação da USP (1934). O mundo já não era mais o mesmo. Como lembra bem Hélio Silva (1976, p. 264), as duas bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki, que precederam a deposição, ilustram que os militares, pedestal e o cadafalso de Vargas para o Estado Novo, só aceitariam um novo regime (e, como as forças liberais, acreditavam também que o novo regime precisava ser decidido nas urnas) que erigisse a questão da segurança nacional em seu pilar central, pela qual tanto pressionaram Vargas antes mesmo do estourar da guerra. Combate ao comunismo, por um lado, quando ficava claro que União Soviética e Estados Unidos teriam de se enfrentar em breve, e democratização, por outro, já que o saldo de mortos da guerra fora para combater as ditaduras fascistas, à qual muitos gostavam de identificar (erroneamente) o Estado Novo. Portanto, não é de estranhar que as duas candidaturas tenham sido gestadas consensualmente em torno dos militares: Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN), e a

contrapartida lançada por Vargas para enfraquecer aquele apoio militar aos liberais, o General Eurico Gaspar Dutra (PSD).

Em que pese suas articulações para fazer sobreviver seu sentido dirigente nos partidos que se desenvolviam desde fevereiro daquele ano (dentre os quais ele faria o seu o Partido Trabalhista Brasileiro, PTB), é notável a inexistência de outro indivíduo com a mesma capacidade de Vargas para a práxis política. Por isso, ainda que Getúlio tenha decidido ofertar seu apoio a Dutra *Malgré tout*, não pode evitar que seu projeto político fosse minado. As condições concretas possíveis fizeram com que a reação à progressividade da autocracia existisse sob a forma de infiltração nas forças armadas.

A contradição fundamental aí reside, conforme demonstramos, na necessidade que Vargas sentiu de trazer a si como principal força aliada na direção política a cúpula militar. A instrumentalização que promoveu não se operou sobre uma força morta, mas muito viva – fato esclarecido pela teoria de Clausewitz. Esta, ao ganhar uma relativa autonomia e procurar atender no primeiro plano seus interesses corporativos, acabou por entrar a meta que Vargas tinha para o capitalismo brasileiro, pensada a médio e longo prazo. Intimamente aliada àquela, existiu também outra contradição, que diz respeito à necessidade de estimular uma percepção ideológica burguesa em uma fração significativa do proletariado, para servir de importante base social de apoio. Mesmo o corporativismo implementado com sentido sociometabólico capitalista acabaria se mostrando um excesso politicamente inaceitável não só para a burguesia como classe, mas para a cúpula militar. Daí que quando a reação externa mais aguda, o fascismo, perdia a batalha pela hegemonia mundial, e a reação mais aguda interna que havia logrado se manter relativamente estruturada (já que o integralismo tinha praticamente se desorganizado após o *putsch* de 1938) ganhava terreno para corroer o projeto de Vargas, ao negar apoio ao continuísmo e vendo este se aproximar do setor trabalhista sindicalizado oficialmente (“queremismo”), e agora tornado partido, Dutra à cabeça dos generais expressam o tragicômico: expõem seus motivos para depor Vargas considerando-o um “perturbador” e o depõem sob a acusação de criar a desordem, a intranquilidade e a confusão para o bom andamento dos negócios do país! (SILVA, 1976).

Não é de estranhar, portanto, que, uma vez no poder, Dutra sintetizaria em si um governo de visão curta e desmontaria praticamente todo o arcabouço financeiro construído durante 15 anos por Vargas para incrementar a economia brasileira. Colocar-se-ia mais liberalizante que as políticas de Bretton Woods, instituindo a Instrução 20 da

Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) para facilitar a saída de capitais e seus rendimentos, com a clara intenção de criar um ambiente favorável para que os investimentos estrangeiros se sentissem confortáveis no país, recebendo como resposta a fuga das divisas acumuladas pelo regime anterior, somando um déficit de 500 milhões de dólares em saídas líquidas privadas, comprometendo até mesmo as importações mais essenciais, e não menos importante, tendo a chance, como Vargas fizera, de barganhar dispondo de minerais essenciais ao complexo industrial-militar dos EUA, mas não o fazendo por crer ilusoriamente ser um “aliado especial” da grande potência, que não tinha mais seus olhos voltados para o a América do Sul, mas sim para Europa e Ásia (BASTOS, 2011).

O abandono do projeto progressivo de Vargas pelos generais que procurou dirigir representa, acima de tudo, aquilo que podemos designar como dialética trágica da autocracia burguesa brasileira, e expressa o fato de que essa autocracia (da qual a cúpula militar agora enformada era parte crucial) é mais resistente – impenetrável - ao aprofundamento de projetos burgueses esclarecidos do que se imagina, ao qual inclusive ele, Vargas, tentaria submetê-la outra vez, com um desfecho, por isso mesmo, ainda mais desastroso.

Referências

AMARAL, A. **Ensaio brasileiro**. Rio de Janeiro: [n/c], 1930.

BASTOS, P. P. Z. De bom vizinho a aliado fiel: comentários sobre o alinhamento econômico e político do Brasil aos Estados Unidos nos primórdios da Guerra Fria. **Texto para discussão**. IE/UNICAMP, Campinas, n. 194, set. 2011.

CARVALHO, J. M. **Forças armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019.

_____. Vargas e os militares. In: PANDOLFI, D. (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 341-345.

CHÁSSIN, J. **O integralismo de Plínio Salgado**. forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

CLAUSEWITZZ, C. V. **Da guerra**. São Paulo/Brasília: Martins Fontes/Editora Universidade de Brasília, 1979.

COELHO, E. C. **Em busca da identidade**: o exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1976.

CORSI, F. L. **Estado Novo**: política externa e projeto nacional. São Paulo: Editora Unesp: Fapesp, 2000.

- COTRIM, L. Industrialização e bonapartismo – o ideário de Getúlio Vargas (1935-1945). **Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 220-252, nov. 2019.
- FEREZIN, C. C. W. **A recepção e circulação da teoria clauzewitziana no Exército brasileiro** (1889—1959). 2017. 201 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.
- FLORINDO, M. T. O DEOPS/SP na era Vargas. **Aurora**, Marília, ano V, n. 7, jan. 2011. p. 124-139.
- HEGEL, G. W. F. **Ciência da lógica**. (excertos). São Paulo: Barcarolla, 2011.
- HILTON, S. E. *O Brasil e as grandes potências: 1930-1939, os aspectos políticos da rivalidade comercial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LEFEBVRE, H.; GUTERMAN, N. Introdução. In: LENIN, V. I. **Cadernos sobre a dialética de Hegel**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011.
- LOSURDO, D. **Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal**. Rio de Janeiro: UFRJ; São Paulo: Unesp, 2004.
- LUKÁCS, G. **Existencialismo ou marxismo**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.
- MARX, K. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MAZZEO, A. C. **Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- MORAIS, F. **Olga: a vida de Olga Benário Prestes, judia comunista entregue a Hitler pelo governo Vargas**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1986.
- MOURA, G. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1980.
- PINTO, S. M. A doutrina Góis: síntese do pensamento militar do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 291-307.
- RAPOPORT, A. Prefácio. In: CLAUSEWITZZ, C. V. **Da guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1979. p. 7-60.
- ROSE, R. S. **O homem mais perigoso do país: biografia de Filinto Muller**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- SARTORETTO, L. **Razão autocrática: ideologia e direção política na progressividade da autocracia burguesa brasileira (1930-1945)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual Paulista, 2022.
- SILVA, H. **1945: porque depuseram Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- _____.; CARNEIRO, M. C. R.; DRUMMOND, J. A. **A ameaça vermelha: o Plano Cohen**. Porto Alegre: L&PM, 1980.
- SODRÉ, N. W. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- _____. **Memórias de um soldado**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967.
- TRONCA, I. O exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda (1930-1942). In: FAUSTO, B. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III. O Brasil republicano. v. 10. Sociedade e política. (1930-1964). São Paulo: Difel, 1981. p. 337-360.

VARGAS, G. **Discursos**. (1903-1929). Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1999.
VIANNA, O. **Evolução do povo brasileiro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

Recebido em 13-01-2022

Aprovado em 14-04-2022